

## Educação Para a Autogestão das Cooperativas e sua Contribuição para o Desenvolvimento Local

## Education for Self-Management of Cooperatives and its Contribution to Local Development

### AUTORES

Daniel Bispo Ferreira da Silva

**Centro Universitário Augusto Motta, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local.**

 <https://orcid.org/0000-0002-8121-7409>

Geraldo Pinheiro

**Centro Universitário Augusto Motta, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local.**

 <https://orcid.org/0000-0001-8636-9631>

Giselle Galhardo

**Centro Universitário Augusto Motta, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local.**

 <http://orcid.org/0000-0002-4441-8519>

Jorge Ferreira da Silva

**Centro Universitário Augusto Motta, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local.**

 <https://orcid.org/0000-0003-4948-271X>

Karen Freitas Franquini

**Centro Universitário Augusto Motta, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local.**

 <https://orcid.org/0000-0001-8044-3052>

Régis Azevedo

**Centro Universitário Augusto Motta, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local.**

 <https://orcid.org/0000-0002-8301-8489>

Sheila Santos do Nascimento

**Centro Universitário Augusto Motta, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local.**

 <https://orcid.org/0000-0002-0757-7684>

Dr. Leonardo José Mataruna-Dos-Santos

**Canadian University of Dubai, Faculty of Management, Sport Management Department.**

 <https://orcid.org/0000-0001-9456-5974>

Dr. André Luís Azevedo Guedes

**Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local (PPGDL)**

 <https://orcid.org/0000-0002-6584-9983>

Dr. Carlos Alberto Figueiredo da Silva

**Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local (PPGDL)**

 <https://orcid.org/0000-0002-7429-932X>

### **RESUMO**

Este trabalho faz uma análise dos princípios do cooperativismo e da sua importância para a autogestão. Verifica também junto à literatura uma possível contribuição em relação ao objetivo para desenvolvimento sustentável de número 4, com potencial de desenvolvimento de habilidades e competências técnicas para os cooperados, principalmente na autogestão de empresas recuperadas e na capacitação técnica da comunidade local. A educação e formação profissional aparecem como fator muito relevante no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), como as

# Human and Social Development Review

<http://www.hsdr.periodikos.com.br/>

---

Metas 4.3 e 4.4, indicando a todos os países a importância desses processos. O Brasil conta com escolas profissionalizantes com cursos de nível técnico para profissões clássicas, e com o Sistema S, como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e outros, cujo objetivo é a formação específica de profissionais para o mercado de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autogestão, Educação cooperativa, ODS, Sistema S, SESCOOP, Desenvolvimento local.

## ABSTRACT

This work analyzes the cooperative principle and its importance for self-management. It also verifies in the literature a possible contribution to the objective for sustainable development number 4, with the potential to develop skills and technical competencies for the cooperative members, mainly in the self-management of recovered companies and in the specialized training of the local community. Education and professional training appear as a relevant factor in the Sustainable Development Goal (SDG) 4 of the United Nations (UN) 2030 Agenda, such as Goals 4.3 and 4.4, indicating the importance of these processes to all countries. Brazil has vocational schools with technical level courses for traditional professions and the S System, such as the National Service for Cooperative Learning (SESCOOP) and others, whose objective is to train professionals for the job market.

**KEYWORDS:** Self-management, Cooperative education, SDGs, S System, SESCOOP, Local development.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho faz uma análise dos princípios do cooperativismo e da sua importância para a autogestão. Verifica também junto à literatura uma possível contribuição em relação ao objetivo para desenvolvimento sustentável de número 4, com potencial de desenvolvimento de habilidades e competências técnicas para os cooperados, principalmente na autogestão de empresas recuperadas e na capacitação técnica da comunidade local

Em todo o mundo, o modelo de negócio das cooperativas é uma fonte de renda de cerca de um bilhão de pessoas, o cooperativismo é o meio de atingir objetivos comuns e contribuir para a geração de emprego, renda e erradicação da pobreza. Os conceitos e princípios, referentes à Educação e Formação no Sistema Cooperativo, visam o atendimento específico para garantir a formação e o aprimoramento profissional dos cooperados.

A agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), objetivos a serem alcançados pelos países até 2030. Dentre estes objetivos, no de número 4, são apresentadas as metas para a Educação de qualidade. Neste documento, a Meta 4.3 orienta que os países devem assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade, e a Meta 4.4 orienta que os países devem aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo (ONU, 2015).

No Brasil existe uma estrutura de educação profissional conhecida como Sistema “S” que promove formações em diversas orientações profissionais como, profissionais para a Indústria – Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial (SENAI) -, profissionais para o comércio – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) -, e inclui o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) com orientação específica para as cooperativas.

Se faz relevante a verificação de que a oferta de formação no Sistema “S” consegue atender às necessidades das cooperativas, de tal forma a atingir as metas 4.3 e 4.4 das ODS da Agenda 2030 da ONU. A falta de oferta de formações necessárias ou ainda uma oferta reduzida para as formações que necessitam de um grande número de profissionais pode impactar na dificuldade do desenvolvimento destas cooperativas, sua identificação pode servir de alerta para a criação destas novas ofertas de formação.

O presente trabalho baseou-se em pesquisa exploratória, com uma abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica de publicações na base de dados do Google Acadêmico, além de bibliografias de autores clássicos. Utilizamos as palavras-chave: autogestão, “educação cooperativa”, desde 2017 até 29 de outubro de 2021, houve retorno de 192 resultados. Contudo, visando buscar trabalhos mais atuais, decidiu-se pela busca de trabalhos desde 2021, alcançando 21 resultados. Após a leitura dos resumos, elegeu-se 7 artigos, os quais foram utilizados para compor este trabalho.

## **A IDENTIFICAÇÃO DO PRINCÍPIO COOPERATIVISTA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

Segundo o Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa (2021), a autogestão é o processo onde os cooperados, democraticamente e por representatividade e autoridade legitimados, passam a se responsabilizar pela gestão da cooperativa e conseqüentemente pela prestação de contas. Sendo, então, imputados aos agentes de governança a responsabilidade pelas conseqüências de suas ações e omissões diante da cooperativa.

Como um processo de autogestão, o fenômeno das cooperativas, que surge muitas vezes de empresas recuperadas por trabalhadores, possuem um papel fundamental para o desenvolvimento econômico de seus cooperados, bem como da comunidade local. Para além disso, a cooperativa precisa entender os problemas dos seus cooperados, buscando a superação das dificuldades, gerando a capacidade de atendimento às necessidades do mercado, tornando o negócio competitivo (MOLLE, 2021).

Contudo, para o desenvolvimento do total potencial deste modelo de negócio, é de suma importância que se invista em educação técnica, conforme se aduz:

As cooperativas por sua própria natureza associativa, organizadas em função das pessoas, quanto pelo seu lado empresarial, responsável pela intermediação nas relações dos proprietários do empreendimento com o mercado, necessitam de um trabalho que reforce a educação cooperativista na gestão da cooperativa, com a dupla finalidade de manifestar sua potencialidade, econômica e social, pois os processos educativos vinculados ao cooperativismo são meios pelos quais ocorre a transmissão dos valores, orientados para uma melhor relação e organização do fluxo de informações direcionada aos associados e públicos afins. (FERREIRA; AMODEO; SOUSA, 2013, p. 19)

No quinto princípio cooperativista: Educação, formação e informação, as cooperativas devem obrigatoriamente prover a formação de seus cooperados e os demais funcionários de modo que possam estar em sintonia com seus objetivos e com isso manter a instituição coesa, visto sua importância como agente de desenvolvimento local endógeno, beneficiando seus cooperativados, provendo emprego e renda em um possível contexto de tentativa de restabelecimento da atividade econômica fim, assim como do

desenvolvimento local, com geração de renda e fortalecimento da economia local. Nesse sentido, apreende-se:

As cooperativas possuem um papel muito importante para o desenvolvimento local, visto que contribuem para a geração de emprego e renda em sua localidade, assim como potencial agente de desenvolvimento endógeno, tendo em vista sua visão humanista, ou seja, é centrada sobre a pessoa em vez do capital. Favorece a democracia direta, valorizando os interesses e necessidades locais. (WACULICZ, 2011, p.56)

Estas ações contribuem diretamente para que os cooperados tenham a cultura necessária para entender e contribuir de forma inteligente para o desenvolvimento da cooperativa. Visando a garantia do sucesso de uma cooperativa, sua melhor gestão, bem como o desenvolvimento de uma cultura de cooperação, as mesmas necessitam de processos educativos eficazes. A partir dos pioneiros de Rochdale percebe-se a educação como a melhor maneira para promover o desenvolvimento da cooperativa. Através da educação, é possível verificar nas cooperativas, indivíduos mais participativos e comprometidos com sua gestão, sendo este processo realizado através da educação cooperativa, socializando-os e proporcionando-lhes pensamento crítico, especialmente no que concerne à inovação. Conforme Schneider (2003), a educação cooperativa é a forma de esta instituição não ser absorvida pelo sistema econômico vigente onde predomina o conflito e a concorrência. Através da educação se capacita, se atrai novos cooperados, recicla-se e é possível um melhor relacionamento entre possíveis funcionários e cooperados, assim como possibilitar melhor conhecimento sobre o negócio. Para haver eficácia, este processo precisa ser permanente.

Sendo a educação um direito inalienável do quadro social de uma cooperativa, esta corresponde (além de fazer parte dos princípios que lhe regem) a uma ferramenta capaz de promover estabilidade, desenvolver um processo autogestionado, respeitando-se inclusive, as experiências populares dos cooperados. Devido a isso, verifica-se que a educação é o princípio cooperativo mais importante, visto que pode servir como instrumento de superação, princípio este que proporciona a aplicação dos demais onde a sua falta acaba tornando a cooperativa um negócio como qualquer outro.

Desde Rochdale, a educação era vista como a base de desenvolvimento das cooperativas, desta forma foi criado o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) em 1971 (Lei 5.764) e em 1999, foi criado o SESCOOP como mais uma instituição do Sistema "S", destinado a unir esforços com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), porém com viés educacional (BRASIL, 1999). Seu papel é de estabelecer, organizar, administrar, executar e difundir metodologias adequadas à formação profissional, a organização e promoção social aos empregados, dirigentes, cooperados, funcionários das cooperativas brasileiras e de seus familiares. É responsável em coordenar, supervisionar e realizar programas e projetos de formação profissional, de gestão em cooperativas destinadas ao mesmo público. É responsável por monitorar, supervisionar auditorias e viabilizar a autogestão do cooperativismo brasileiro. Promove e realiza estudos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento humano, ao monitoramento e à promoção social. Fornece assistência às sociedades cooperativistas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento; na realização de aprendizagem metódica e contínua. Assessora o governo federal em assuntos de formação profissional, de gestão de cooperativas e outras atividades correlatas (OCB, 2020).

Um ano após sancionar a medida provisória, foi aprovado um regimento interno, quando então, foi constituído o Sistema OCB/SESCOOP. O Sistema é formado pela união de duas instituições, ambas

destinadas a congregar esforços ao cooperativismo no Brasil a todos os seus ramos, cabendo atividades distintas a cada uma delas que acabam se complementando para um objetivo comum (SICOOB ENGECCRED, 2014). O SESCOOP assim como a OCB tem suas unidades em todos os estados da Federação. Ele desenvolve ações conforme a realidade local, apontando os melhores caminhos e soluções para fortalecer as cooperativas brasileiras (FREITAS, 2013).

Também é possível citar outras organizações que se dedicam à educação cooperativista que não fazem parte do OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UniTrabalho) e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), a Associação Civil Universidade Solidária (UniSol) e algumas Universidades e Organizações Não Governamentais (ONGs), porém o SESCOOP, localizado em Brasília, visa ser a instituição mais organizada e melhor estruturada no que concerne ao fomento à educação cooperativista, obtendo suas receitas através de contribuição compulsória de 2,5% sobre a folha de pagamento das cooperativas.

O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), por exemplo, prepara seus funcionários com o oferecimento de cursos de aperfeiçoamento e financeiro. A relevância deste investimento é para manter a sustentabilidade da instituição que comunga com os valores e preceitos do cooperativismo. “Em pouco tempo, a educação não se limitará somente a formação de novas técnicas de gestão, mas também a melhorias e o aperfeiçoamento dos membros sobre temas variados como cidadania e vida” (MARTIN, 2005, p. 43, tradução dos autores). Os valores de responsabilidade e transparência devem ser amplamente divulgados conforme a legislação e demais medidas editadas pelo governo.

## **AGENDA 2030: OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 4**

A Agenda 2030 é um guia construído coletivamente e adotado na Assembleia Geral da ONU em 2015, “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, com diretrizes e “plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade” (ONU, 2015, p.1). Sendo proposto 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas integradas e alinhadas ao tripé do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental.

A “ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015, p.23) foram indicados objetivos relacionados à Educação, tendo uma meta para cada área da formação das pessoas. As metas “4.3. Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade” (ONU, 2015, p.23) e “4.4. Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (ONU, 2015, p.23) tem com objetivos promover a capacitação e empoderamento das pessoas mais vulneráveis, possibilitando a geração de renda e melhoria das condições de vida.

Os grandes desafios das metas 4.3 e 4.4 são as organizações educacionais acompanharem as constantes mudanças do mercado de trabalho e oferecerem uma capacitação profissional com foco em

competências comportamentais e técnicas, Soft Skills e Hard Skills, conectadas às expectativas e necessidades atuais das empresas.

De maneira macro, a visão de uma educação técnica não serve apenas à formação e capacitação profissional dos cooperativados posicionados na execução, bem como auxilia aos que estejam na posição de direção executiva, possibilitando uma compreensão das limitações dos cooperativados e da complexidade na execução dos trabalhos, oportunizando uma melhor gestão do recurso humano para o bom proveito da capacidade produtiva da cooperativa, conforme se verifica:

Os dirigentes, executivos e funcionários são posicionados em segundo lugar. E deles têm se exigido cada vez mais uma adequada formação técnica, complementada com a formação específica sobre as cooperativas e sua administração específica. Assim, segundo a comissão, torna-se mais desafiante gerir uma cooperativa do que uma empresa capitalista, isto porque exige determinados conhecimentos que sempre são necessários quando se trata de uma empresa de capital. (FERREIRA; AMODEO; SOUSA, 2013, p. 79).

No que tange à prestação da educação técnica para o objetivo de desenvolvimento sustentável de número 4.3, essa capacitação contribui para a oportunidade de novos postos de trabalho aos cidadãos de determinada localidade, com a possibilidade de um crescente número de cooperativas, crescimento este relacionado à expansão do trabalho em autogestão. Sobre isso, assevera Schneider:

Em terceiro lugar, e não menos importante, precisa-se capacitar a própria comunidade em geral, de onde advém o candidato potencial a associado (a), que também deve ser alvo da educação cooperativista (SCHNEIDER, 1999, apud. FERREIRA; AMODEO; SOUSA, 2013, p. 79).

## **SISTEMA S E ATUAÇÃO DA SESCOOP NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DAS COOPERATIVAS**

No Brasil existe o SISTEMA “S” de educação profissional, um sistema de cursos de formação profissional direcionada especificamente para as necessidades do mercado. São diversas instituições especializadas em atender a um nicho de mercado. O SENAI oferece cursos para os profissionais a serem alocados na indústria, e a indústria quando muda procura o SENAI para serem criadas as formações específicas dos profissionais para suas novas atividades. Da mesma forma funciona o SENAC para os profissionais do comércio. Este sistema inclui uma instituição específica para apoiar na formação de profissionais para as cooperativas, a SESCOOP.

A SESCOOP se posiciona como sendo uma instituição cujo “negócio é pensar hoje no futuro do cooperativismo”. Sua missão é descrita da seguinte forma: promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da governança e da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras. Além dos serviços de apoio ao funcionamento direto das cooperativas o SESCOOP oferece cursos ofertados pela SESCOOP podem ser acessados diretamente em seu site (<https://www.somoscooperativismo.coop.br/servico/28/capacitacoop>) conforme a necessidade imediata da cooperativa. Segundo Matte (2021) no Sistema de Cooperativas a educação possui papel preponderante e de absoluta importância para a capacitação no processo da democracia organizacional.

## CONCLUSÃO

Este estudo contribui com a identificação das orientações de metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para a educação profissional conectado com as necessidades de formação das cooperativas e a disponibilidades de cursos no Sistema “S”. Apresenta os caminhos que podem ser utilizados pelas cooperativas para fazer a formação de seus cooperados nas atribuições necessárias para o funcionamento e desenvolvimento das atividades das cooperativas. O acesso mais ágil às formações pode acelerar a disponibilização de profissionais para a melhoria de qualidade e criação de novas atividades a serem ofertadas.

É inegável que as cooperativas possuem papel importante na mudança dos costumes e na redução de gastos. A contribuição para o crescimento das comunidades onde estão inseridas e para o fortalecimento e desenvolvimento da economia local. O aproveitamento da força de trabalho ociosa para a geração de renda e sustento familiar. A sociedade também é beneficiada com o desenvolvimento da economia local, a geração de empregos, renda e o combate à exclusão social.

Os produtos e serviços oriundos das cooperativas são de uma lógica diferente das empresas tradicionais que conhecemos, além de não objetivar apenas o lucro. Buscam, na verdade, garantir o bem-estar, a qualidade de vida além de ganhos financeiro e profissional de todos os participantes, onde é dividido os ganhos e as responsabilidades do negócio. As decisões destas empresas, como a própria natureza do cooperativismo estabelece, são tomadas conjuntamente entre os seus membros, os lucros são distribuídos entre os cooperados e reinvestidos em forma de melhorias.

A importância do cooperativismo para a sociedade é de também promover a educação dos cooperados e o incentivo do consumo racional, inteligente. Destaca-se a promoção de ações de adoção de um estilo de vida sustentável. O respeito ao ambiente, a redução do volume de lixo, o combate aos excessos e desperdício. Outra importante atuação é no que tange ao seu papel na transformação da sociedade, sendo que seus sete princípios se relacionam de forma onde são colocados em prática esses preceitos para o desenvolvimento de um país mais justo e fraterno. As cooperativas investem em novas tecnologias sustentáveis que possam oferecer soluções acessíveis aos seus cooperados. Podemos entender que a cooperativa já nasce com objetivos pré-definidos sendo formada por pessoas que somam esforços para alcançar propósitos comuns e se baseiam nos esforços mútuos.

A propriedade das cooperativas pertence aos seus membros e o excedente de produção é dividido entre os seus membros. A democracia é um dos grandes pilares das cooperativas, onde o voto dos membros se equivalem nas decisões administrativas do negócio, diferente das empresas tradicionais sendo a responsabilidade dos mesmos limitada à sua contribuição para a formação do capital, e garante que individualmente não serão responsabilizados pelas dívidas da sociedade. Outro fato importante é a destinação de um quarto dos ganhos para a reserva caso seja necessário para financiamentos, entre outros.

Por parte do governo, com o intuito de promover o crescimento das cooperativas, são oferecidas algumas isenções e benefícios fiscais, empréstimos e subsídios com taxas de juros com alguma redução que ajudam as cooperativas. A redução de custos se dá através do contato direto com produtores e consumidores finais que ajudam a praticar preço justo e na qualidade de seus produtos.

# Human and Social Development Review

<http://www.hsdr.periodikos.com.br/>

---

Um dos maiores diferenciais da organização cooperativa para uma empresa comum está no seu comprometimento com o "espírito" do cooperativismo, valores como auto-ajuda, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade devem ser perseguidos constantemente, para isso a cooperativa deve "viver" segundo os Princípios Cooperativos.

Além da contribuição para que as cooperativas se mantenham comprometidas com esses princípios buscados pelo Movimento Cooperativista, a SESCOOP executa, administra e organiza o ensino de formação profissional, promovendo a promoção social dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares.

O capitalismo predatório gerou a contracultura da autogestão. Os esquemas utilizados para criar e manter um grupo de pessoas na condição de submissão para o trabalho iniciou através das guerras entre povos e a escravidão do vencido em batalha. A ideia era de que quem tinha o poderio bélico seria um ser humano superior.

Com a chegada da industrialização se aliando à ideia do capitalismo, e tendo como força filosófica as teorias de administração, a submissão para o trabalho vai sendo substituída pela condição de valor do cargo ou formação, onde "manda quem pode e obedece quem tem juízo", o fordismo deixa claro esta separação.

Mesmo aceitando a submissão, em meados do século XX, a classe operária passa a reivindicar "direitos que garantam a sobrevivência", aceitando ser "mandado" se tiver uma vida digna, iniciando décadas de buscas por acordos sobre a remuneração, como, por exemplo, cesta básica ou salário mínimo.

O Neoliberalismo aparece a partir do fim do século XX como uma resposta do capitalismo e retoma a busca desenfreada pelo acúmulo de riquezas. O Neoliberalismo prega a retirada da empresa da responsabilização das empresas a partir da ideia da independência dos trabalhadores no controle de suas próprias condições de vida nas relações de trabalho, desde a terceirização do trabalho até a condição de MEI, Microempresário Individual, isto é, incentivou a formação na autogestão.

A autogestão sendo aprendida pelo trabalhador começa a gerar uma nova interrogação sobre a necessidade da submissão do trabalhador às estruturas empresariais: se a referência de submissão à empresa é o fato de ela possuir a capacidade de gestão dos processos produtivos e se o aprendizado da autogestão supriu esta lacuna de conhecimento, o mercado consumidor poderia ser suprido diretamente pelo trabalhador?

As cooperativas podem ser a resposta para esta pergunta, provendo estruturas organizacionais com o apoio das tecnologias de Informação e Comunicação e fazendo a comunicação direta entre produção e consumo, através de aplicativos e utilizando o mesmo sistema financeiro. As estruturas das cooperativas possuem a capacidade de trabalho que atende à legislação de produção e comercialização de produtos e serviços.

Após a análise dos textos, verificou-se que o conhecimento de gestão de negócios, da legislação das cooperativas e demais requisitos para averiguação das necessidades do mercado, não são uma máxima dentre os cooperados que assumem empresas provenientes de processo falimentar, assim como dos que buscam empreender como cooperativa. Assim, se observou que a educação para autogestão acaba por prevenir o insucesso do negócio, além de desenvolver habilidades e competência aos cooperados para

identificarem os principais problemas do negócio e do pessoal, de modo a atender às necessidades da sociedade consumidora, o que se alinha perfeitamente com o objetivo para o desenvolvimento sustentável de número 4, pois como observam a maioria dos autores, havendo o desenvolvimento de habilidades e competências para o trabalho dos cooperados e da sociedade local, desenvolve-se não apenas a cooperativa, como também a localidade, com maior capacidade de emprego. Outrossim, ao se desenvolver a cooperativa, amplia-se a oferta de emprego e renda.

## **REFERÊNCIAS**

Andrade, Vitor Luiz De. Soares, Octávio Glauco. Batista, Fabiano De Caldas. Silva, Cicero Santos Da. Guedes, André Luis Azevedo. Mataruna-Dos-Santos, Leonardo José. Silva, Carlos Alberto Figueiredo Da. The Economic Discourse And The Idea Of Scarcity And Not On Resources. The International Efal-It Blog, Dubai, 2021.

Balem, Tatiana Aparecida. Associativismo E Cooperativismo. Santa Maria: Universidade Federal De Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede E-Tec Brasil, 2016.

Bailly, M. R., Chiacchio, M. M. W. C., Barros, M. F. A. A., Guedes, A. L. A., Mataruna-Dos-Santos, L., & Da Silva, C. A. F. The Quadruple Helix And Society: Perspectives In Brazil. The International Efal-It Blog Information Technology Innovations In Economics, Finance, Accounting, And Law Volume 2 – Issue 04/– Bacau (Romania), 2021.

Brasil. Constituição (1999). Decreto Nº 3.017, De 6 De Abril De 1999. Aprova O Regimento Do Serviço Nacional De Aprendizagem Do Cooperativismo - Sescop. Presidência Da República Casa Civil Subchefia Para Assuntos Jurídicos: Decreto No 3.017, De 6 De Abril De 1999. Brasília, Df, 6 Abr. 1999. P. 1-7.

Carvalho, Mariana Costa. Autogestão, Economia Solidária E Cooperativismo: Uma Análise Da Experiência Política Da Associação Nacional De Trabalhadores E Empresas De Autogestão. Uffj, Juiz De Fora, 2012.

Cicarini, Sthéfany Rodes; Braga, Diego Muniz; Lima, Fabrício Dos Santos; Guedes, André Luis Azevedo; Mataruna-Dos-Santos, Leonardo Jose; Da Silva, Carlos Alberto Figueiredo. Cooperativismo E Sistema Capitalista: Relações E Interferências. Human And Social Development Review, V.2, N. 1. Canadian University Dubai, 2021. <https://Repository.Cud.Ac.Ae/Handle/20.500.12519/437>.

Ferreira, Palloma Rosa; Amodeo, Nora Beatriz Presno; Sousa, Diego Neves De. Os Públicos Atendidos E Os Conteúdos Da Educação Cooperativista Nas Cooperativas Agrárias. Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional, [S.L.], V. 9, N. 1, Jan. 2013. Disponível Em: <https://Www.Rbgdr.Net/Revista/Index.Php/Rbgdr/Article/View/871>. Acesso Em: 29 Out. 2021. P. 67-90.

Frantz, Walter. Associativismo, Cooperativismo E Economia Solidária. Editora Unijuí, Rio Grande Do Sul, Brasil. 2012

Freitas, Márcio Lopes De. Desafios Ao Código Florestal. Saber Cooperar: A Revista Do Cooperativismo, Brasília, Df, V. , N. 12, P.42-43, 2013. Nov. 2013.

Ipea, Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável: 4. Educação De Qualidade. Disponível Em: <https://Www.Ipea.Gov.Br/Ods/Ods4.Html>. Acesso Em: 29 De Outubro De 2021.

Martin, A. ¿La Cooperativa Es También Uma Escuela Humanista? Visión Filosófica Sobre La Educación Cooperativa. Sherbrooke: Irecus, 2005.

Matte, N. Estudo Sobre Educação Cooperativa E A Educação Social No Sistema Cooperativista. Ijuí, Rs, V. 1, F. 11, 2021. 11 P Trabalho De Conclusão De Curso (Pós-Graduação Lato Sensu Mba Em Gestão De

# Human and Social Development Review

<http://www.hsdr.periodikos.com.br/>

---

Cooperativas) - Unijui – Universidade Regional Do Noroeste Do Estado Do Rio Grande Do Sul, Ijuí, Rs, 2021. Disponível Em:

<https://Bibliodigital.Unijui.Edu.Br:8443/Xmlui/Bitstream/Handle/123456789/7063/Nestor%20roberto%20matte.Pdf?Sequence=1&Isallowed=Y>. Acesso Em: 30 De Outubro De 2021.

Medeiros, L.V.S. Et Al. Associations, Cooperatives And Economic Conservatism. Human And Social Development Review, Niterói, V.2, N.1, P. 1-7, Mar. 2021. Issn 2675-8245 Versão Online. Disponível Em: <http://Www.Hsdr.Periodikos.Com.Br/Article/608b49d5a9539519862151b2/Pdf/Hsdr-2-1-E10011.Pdf>. Acesso Em 29 Out. 2021.

Molle, V.R.D. Análise Da Capacidade De Acompanhamento Das Tendências De Comercialização De Sucos De Uva: Um Estudo Aplicado Às Cooperativas Da Serra Gaúcha. [S.L]. 2021. Disponível Em: <https://Repositorio.Ucs.Br/Xmlui/Handle/11338/7866>. Acesso Em: 30 De Outubro De 2021.

Ocb – Organização Das Cooperativas Brasileiras. Apresentação Institucional. 2020. Disponível Em: <[Www.Portaloctlp.Org/Organizacoes/Ocb](http://Www.Portaloctlp.Org/Organizacoes/Ocb)>. Acesso Em: 30 Out. 2021.

Oliveira, Fábio De. Relações De Trabalho E Sentidos Do Cooperativismo. Instituto Politécnico De Setúbal, 2005.

Onu. Organização Das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 Para O Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível Em: <https://Brasil.Un.Org/Sites/Default/Files/2020-09/Agenda2030-Pt-Br.Pdf>. Acesso Em: 30 De Outubro De 2021.

Parreira, F.M. Et Al. Associations, Cooperatives And Solidary Economy: Conservative Or Revolutionary Paths? The International Efal-It Blog, Bacau (Romania), 2021. Issn 2734-5629 Versão Online. Disponível Em: <http://Www.Alexpander.It/41-Associativism.Pdf>. Acesso Em 29 Out. 2021.

Schneider, J. O. Pressupostos Da Educação Cooperativa: A Visão De Sistematizadores Da Doutrina Do Cooperativismo. In: Schneider, J. O. Educação Cooperativa E Suas Práticas. São Leopoldo, Rs: Unisinos, 2003. P.13-58.

Sescoop. Serviço Nacional De Aprendizagem Do Cooperativismo. Origem Do Cooperativismo. [S.D.]. Disponível Em : <<https://Www.Somoscooperativismo.Coop.Br/Sescoop>> Acesso Em: 29 Out. 2021.

Sicoob Engecred (Goiás). Sicoob Goiás Central. Valores E Princípios Cooperativistas. 2014. Disponível Em: <<http://Www.Sicoobengecred.Com.Br/?Q=Node/9>>. Acesso Em: 29 Out. 2021.

Sistema Ocb (Coord.). O Cooperativismo. Manual De Boas Práticas De Governança Cooperativa. Brasília, V. 1, N. 1. 44 P. Disponível Em: [http://Www.Ocsc.Org.Br/Documentos/Manual\\_Boas\\_Praticas.Pdf](http://Www.Ocsc.Org.Br/Documentos/Manual_Boas_Praticas.Pdf). Acesso Em: 30 De Outubro De 2021.

Suzart, Wanderson. Bailly, Rogerio. Chiacchio, Marcelo Wisnescky Correa. Barros, Francisco Alexandre Araújo. Guedes, André Luis Azevedo. Mataruna-Dos-Santos, Leonardo. Silva, Carlos Alberto Figueiredo Da. The Quadruple Helix And Society: Perspectives In Brazil. The International Efal-It Blog, Dubai, 2021.

Thomson, Carolina Rios. Borsatto. Ricardo Serra. Abreu, Lucimar Santiago De. O Estudo De Caso Do Sistema Participativo De Garantia (Spg) Da Associação De Agricultura Natural De Campinas E Região (Anc), São Paulo - Brasil. Embrapa, 2016.

Waculicz, G., Righi, I., Cazarolli, B. Associativismo/Cooperativismo E O Desenvolvimento Local/Regional. Economia E Desenvolvimento, 2011. Disponível Em: <https://Periodicos.Ufsm.Br/Eed/Article/View/3420/Pdf>. Acesso Em: 24 De Outubro De 2021.

# Human and Social Development Review

<http://www.hsdri.periodikos.com.br/>

---

Recebido em: 10/10/2021 - Aceito em: 20/12/2021

Endereço para correspondência: Carlos Figueiredo [carlos.figueiredo@souunisuam.com.br](mailto:carlos.figueiredo@souunisuam.com.br)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

